

Polícia faz operação para desarticular ‘núcleo político’ do Comando Vermelho no Amazonas

Category: BRASIL, GERAL

escrito por Ayumi Yohanna Miyamoto | 20 de fevereiro de 2026



Entre os alvos está Anabela Cardoso Freitas, integrante da Comissão de Licitação da Prefeitura de Manaus e ex-chefe de gabinete do prefeito da capital, David Almeida (Avante) – ele não é alvo, nem investigado.

Ao todo, a Justiça expediu 23 mandados de prisão preventiva e 24 de busca e apreensão. Também foram autorizados bloqueio de contas, sequestro de bens e quebra de sigilo bancário. As ordens são cumpridas em Manaus e em Belém (PA), Ananindeua (PA), Belo Horizonte (MG), Fortaleza (CE), Teresina (PI) e Estreito (MA). A polícia identificou movimentações financeiras das conexões operacionais do esquema nestes Estados durante investigações.

Veja os nomes dos alvos no AM:

- **Izaldir Moreno Barros** – servidor do Tribunal de Justiça do Amazonas;
- **Adriana Almeida Lima** – ex-secretária de gabinete de liderança na Assembleia Legislativa do Amazonas;
- **Anabela Cardoso Freitas** – investigadora da Polícia Civil

e integrante da Comissão de Licitação da Prefeitura de Manaus. Foi chefe de gabinete do prefeito da capital até 2023;

- **Alcir Queiroga Teixeira Júnior** – citado na investigação como ligado a movimentações financeiras suspeitas;
- **Josafá de Figueiredo Silva** – ex-assessor parlamentar;
- **Osimar Vieira Nascimento** – policial militar;
- **Bruno Renato Gatinho Araújo** – investigado por participação no esquema.
- **Ronilson Xisto Jordão** – preso em Itacoatiara (AM)

Adriana Almeida Lima, ex-secretária de gabinete na Assembleia Legislativa do AM, é presa

Infográfico mostra como funcionava o esquema do Comando Vermelho no AM – Foto: Arte/gl

A defesa de Anabela Cardoso Freitas informou que ela não possui qualquer relação com organizações criminosas nem com os demais investigados. A defesa destacou ainda que ela é servidora pública concursada e reconhecida pela idoneidade. O **g1** tenta ainda localizar a defesa dos outros alvos da operação.

Procurado, o Tribunal de Justiça do Amazonas informou que já adotou medidas administrativas em relação ao servidor citado na operação. A Corte afirmou que preza pela legalidade, pela transparência e pela integridade e que não compactua com condutas incompatíveis com os deveres funcionais.

Já a Universidade do Estado do Amazonas declarou que não se responsabiliza por atos praticados por servidores fora do âmbito institucional. Sobre Adriana Almeida Lima, a instituição esclareceu que eventuais ações realizadas fora das dependências da universidade e do exercício das atividades acadêmicas são de responsabilidade exclusiva da professora. A UEA reafirmou compromisso com a ética, a legalidade e as

normas que regem o serviço público.

Em nota, a Polícia Militar do Amazonas informou que o cabo preso na operação da Polícia Civil do Amazonas vai responder aos procedimentos na Justiça e também a trâmites administrativos na corporação. Segundo a PM, foi instaurado procedimento na Diretoria de Justiça e Disciplina. A instituição afirmou ainda que colabora com as investigações e não compactua com desvios de conduta.

Já a Prefeitura de Manaus informou que não é alvo da operação realizada na sexta-feira (20). De acordo com a nota, nem o prefeito David Almeida nem a estrutura administrativa do município fazem parte da investigação.

A prefeitura declarou que mantém compromisso com a legalidade e a transparência e que eventuais servidores investigados responderão individualmente por seus atos, conforme a lei.

A Câmara Municipal de Manaus orientou que os questionamentos sejam direcionados aos gabinetes dos vereadores onde os investigados trabalharam.

A reportagem aguarda o retorno da Assembleia Legislativa do Amazonas.

Como era o esquema

Segundo a polícia, a organização criminosa movimentou cerca de R\$ 70 milhões, o equivalente a aproximadamente R\$ 9 milhões por ano desde 2018, e atuava em conjunto com traficantes do Amazonas e de outros estados.

As investigações apontam que os suspeitos facilitavam a contratação de empresas de fachada nos setores de transporte e logística. Na prática, essas empresas seriam usadas para comprar drogas na Colômbia e enviá-las a Manaus. Da capital amazonense, os entorpecentes seriam distribuídos para outras

unidades da federação.

Os investigados devem responder por organização criminosa, associação para o tráfico de drogas, corrupção ativa e passiva, violação de sigilo funcional, lavagem de dinheiro, ocultação de patrimônio e violação de sigilo funcional.

Início da investigação

As apurações da Polícia Civil começaram após a apreensão de 500 tabletes de entorpecentes do tipo maconha skunk, sete fuzis de uso restrito, duas embarcações utilizadas no transporte da droga, um veículo utilitário empregado na logística terrestre, além de aparelhos celulares. Um dos envolvidos foi preso em flagrante na ocasião.

A partir do flagrante foi instaurado inquérito com o objetivo de identificar a cadeia de comando, os operadores logísticos, os financiadores e os colaboradores do esquema criminoso. A apuração apontou que o grupo atuava de forma organizada, com divisão de tarefas e estruturação em núcleos operacional financeiro e de apoio logístico.

Ainda de acordo com a investigação, a organização criminosa utilizava rotas fluviais e terrestres para o transporte de entorpecentes, bem como veículos alugados em nome de terceiros, com o intuito de dificultar o rastreamento pelas autoridades. Também foi identificado o uso de empresas formalmente registradas nos ramos de transporte e locação, com indícios de funcionamento apenas documental, utilizadas para a movimentação e ocultação de valores de origem ilícita.

Relatórios de inteligência financeira apontaram movimentações bancárias atípicas de elevado valor, com transferências entre investigados, empresas vinculadas ao grupo e pessoas situadas em diversos estados da federação. As análises indicam incompatibilidade entre o volume financeiro movimentado

capacidade econômica declarada pelos envolvidos.

Os elementos reunidos apontam, ainda, indícios de tentativas de obtenção indevida de informações sigilosas relacionadas a procedimentos criminais, com o objetivo de antecipar ações policiais e judiciais, fato que segue sob apuração específica.

Fonte: G1 e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso em 20/02/2026/15:22:17

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:

- [Clique aqui e nos siga no X](#)
- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 98404 6835](#)– (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: -93- [984046835](https://api.whatsapp.com/send?phone=93984046835) (Claro)

*- Site: www.folhadoprogresso.com.br e -
mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e -
mail: adeciopiran.blog@gmail.com*

[Como Remover Fundos Usando um Removedor de Fundo Grátis](#)